

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

O valor das passagens domésticas subiu até 62% em um período de apenas três meses

Makro busca compradores para 24 lojas no país

A rede de supermercados Makro contratou o banco Santander para negociar a venda de seus 24 pontos de venda remanescentes no Brasil. Segundo estimativas do mercado, as lojas valem R\$ 2 bilhões. A rede de origem holandesa chegou ao Brasil em 1972 e chegou a ter quase uma centena de unidades espalhadas por diversos estados. O aumento da concorrência nos últimos anos e o fato de a matriz ter abandonado o varejo na Europa foram decisivos para a bandeira sair do mercado brasileiro.

Brasil é o 3º país que mais consome carne

O consumo de carne depende de dois fatores: preço e aspectos culturais. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil é o terceiro país que mais consome carne no mundo. São 24,6 quilos per capita por ano, atrás apenas da Argentina (36,9) e dos Estados Unidos (26,1). E isso apesar do aumento explosivo dos preços nos últimos anos. Para especialistas, o aspecto social — o churrasco com amigos — é o que faz a diferença para brasileiros e argentinos.

Prepare o bolso: passagens aéreas não param de subir

Os preços das passagens aéreas estão nas alturas. A depender do horário, voos de Belo Horizonte para capitais nordestinas chegam a R\$ 3 mil, o dobro de um ano atrás. Em 2022, os reajustes ganharam velocidade. Segundo levantamento realizado pela Kayak, empresa especializada em busca de viagens, o valor das passagens domésticas subiu até 62% em um período de apenas três meses, de janeiro a março deste ano. E tudo indica que a decolagem de preços irá continuar, dado o aumento do preço do querosene de aviação. Lembre-se que, em média, o combustível é responsável por 30% dos custos do setor, mas o percentual chegou a 50% com os recentes aumentos. Há alguns dias, representantes das companhias aéreas reuniram-se com integrantes dos ministérios da Economia e de Minas e Energia para debater o tema, mas o encontro não teve resultados práticos. Segundo especialistas, o quadro poderia ser pior se a cotação do dólar não tivesse caído nas últimas semanas.

Divulgação



RAPIDINHAS

A Vale definiu um plano estratégico para reduzir as emissões de carbono de suas operações. Segundo a empresa, até 2030 serão investidos US\$ 6 bilhões para diminuir em 33% as emissões diretas e indiretas. Trata-se do maior investimento já comprometido pela indústria da mineração para o combate às mudanças climáticas.

As cervejas sem álcool avançam no mercado brasileiro. Entre 2019 e 2021, o consumo quase dobrou, passando de 140 milhões de litros vendidos para 260 milhões, segundo o Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv). Preocupações com a saúde e a forma física impulsionam o segmento.

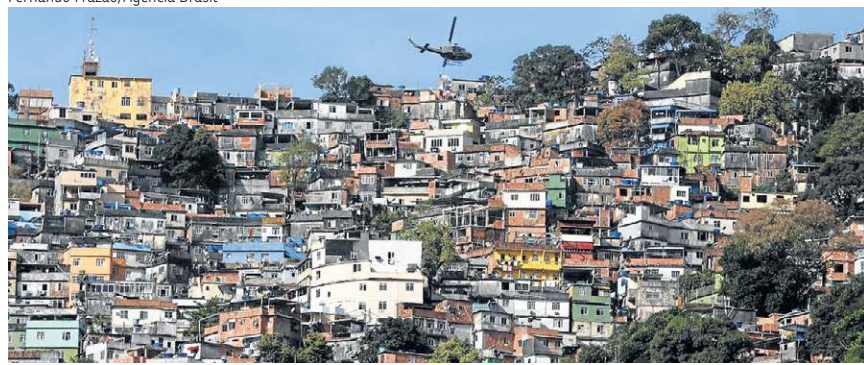
A sul-coreana Samsung está expandindo a atuação para além dos smartphones, TVs e outros produtos eletrônicos. A empresa vai investir US\$ 2 bilhões em um laboratório em Seul para a produção de medicamentos. Além disso, pretende ampliar a divisão de equipamentos pesados, responsável pela produção de navios cargueiros e turbinas eólicas.

A Pixar informa que, ao contrário do que foi publicado na Coluna, o espaço que abrirá no Shopping Eldorado, em São Paulo, não contará com uma megaloja. Segundo a empresa, o "evento Mundo Pixar será uma experiência imersiva no universo dos filmes do estúdio. Entre as atrações, haverá uma loja oficial de produtos licenciados".

Nas favelas, empreender é o melhor caminho

As favelas brasileiras são berços do empreendedorismo. Segundo pesquisa do Data Favela, instituto criado pelo publicitário Renato Meirelles, 76% dos moradores de comunidades têm ou querem ter o próprio negócio. "A favela historicamente foi estigmatizada pelo asfalto e pela falta de políticas públicas. Mas o que vimos é que, em vez de lamentar, os moradores estão empreendendo, estão chamando para si a responsabilidade por suas vidas", disse Meirelles durante o evento Expo Favela.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Eleição sempre traz incerteza, mas os candidatos são bastante conhecidos e já estamos escolados nesse assunto"

Gilson Finkelsztain, presidente da B3, a bolsa de valores brasileira

2,2%

foi quanto cresceu, no primeiro bimestre, o consumo nos lares brasileiros em comparação com o mesmo período de 2021, segundo monitoramento da Associação Brasileira de Supermercados (Abas)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Em direção à nova CPMF

Setor de serviços apoia criação de microimposto como alternativa às PECs que tramitam no Congresso. Especialistas divergem

» VICTOR CORREIA

A criação de um imposto sobre transações financeiras, nos moldes da antiga CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), voltou ao debate público. O Instituto Unidos Brasil (IUB), grupo formado por 300 empresas incluindo Riachuelo, Carrefour e Grupo Iguatemi, entregou a parlamentares, na semana que passou, três Propostas de Emenda à Constituição (PECs) voltadas à área econômica, sendo uma delas a criação de um "microimposto" sobre as transações para financiar a desoneração da folha de pagamentos.

Desta vez, a discussão ocorre no contexto de uma reforma tributária que tramita no Congresso e sofre resistência de setores econômicos, como o de serviços. Não há, contudo, consenso entre especialistas se esse tipo de tributação seria benéfica à economia. Da mesma forma, não há expectativa de que mudanças tributárias ocorram em ano eleitoral.

"(A proposta) Elimina um dos tributos mais nocivos do Brasil, que é a tributação sobre salário em um país com 40 milhões de desempregados, subempregados e na economia informal", diz o ex-secretário especial da Receita Federal e professor da FGV, Marcos Cintra. "(A nova CPMF) Daria mais solidez ao financiamento da Previdência, e a desoneração da folha reequilibraria os efeitos de deslocamento da carga tributária. Nisso, todo mundo concorda, o grande problema é como desonerar", completa.

A expectativa é de que a alíquota do microimposto gire em torno de 0,5%, mas ela seria

definida por lei complementar, após a aprovação da proposta. Apesar de pequena, por incidir sobre grande parte das transações financeiras, seu potencial de arrecadação é grande o suficiente para cobrir o rombo causado pela desoneração da folha.

Segundo Cintra, o microimposto possui diferenças fundamentais em relação à CPMF. A primeira é que ele não vai ser instituído para aumentar a carga tributária, mas para substituir uma fonte de arrecadação existente.

"A CPMF também incidia sobre uma base fundamentalmente de cheques e movimentação de contas bancárias. No mundo digital, com Pix (sistema de pagamento instantâneo), com moedas digitais, essa base é muito mais ampla, e o potencial de arrecadação (do microimposto) é mais elevado", afirma.

Sonegação

Outra vantagem do tributo é poder chegar a setores da economia que não geram receita à União atualmente. O economista estima que 30% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro está nessa situação, formado pela economia informal, sonegação, crime organizado e elisão fiscal.

"O crime, por exemplo, com contrabando de armas, drogas, roubos de carga e o trabalho das milícias que controlam comunidades inteiras, não é alcançado por imposto nenhum. A única forma de alcançar esse segmento é com um imposto sobre pagamentos", aponta o especialista.

A CPMF esteve em vigor entre 1997 e 2007. Após o fim da tributação, o governo Dilma Rousseff



THIAGO

(PT) sugeriu a volta de um imposto nesses moldes em 2011 e, novamente, em 2015, após grave crise econômica.

Em 2020, o governo Jair Bolsonaro (PL) também admitiu estudar a criação de um imposto sobre transações financeiras. Sempre que o assunto vem à tona, porém, há grande resistência por parte do setor econômico.

De acordo com o especialista

em contas públicas Murilo Viana, "agora, tem um contexto político para eles estarem resgatando essa questão". Ele lembra estar "havendo muita discussão sobre reforma tributária, as PECs 45 e 110". O setor de serviços acusa que, com os projetos, haveria grande majoração de carga sobre o setor, e diminuição no setor industrial. "Eles avaliam que seria melhor arcar com esse novo imposto e ter a desoneração

do que manter a folha com custo elevado e ainda cair no guarda-chuva da PEC 110."

Alívio

Por ser muito intensivo em mão de obra, o setor de serviços é fortemente impactado pelos tributos sobre a folha de pagamento. Dessa forma, a desoneração seria um alívio, e há maior

aceitação a um imposto sobre as transações. Por outro lado, por ser cumulativo, esse tipo de tributação teria grande impacto sobre as indústrias, principalmente as que possuem cadeias produtivas longas.

Para Murilo Viana, porém, esse tipo de imposto traz grandes desvantagens para a economia. "É uma alíquota pequena entre aspas, mas vai incidir tantas vezes que vai gerar um volume muito grande de arrecadação. Isso desestimula o mercado de crédito, de capitais, que o Brasil já tem dificuldade de desenvolver. Ele é muito cumulativo, e tiraria também a competitividade do produto brasileiro lá fora, já que estaria embarcado no produto a ser vendido", afirma.

Já o professor e especialista em Direito Tributário André Félix acredita que os benefícios da desoneração da folha fazem valer a pena a criação do microimposto. "Existe muita sonegação e muita gente não é registrada formalmente por conta da tributação. Desonerando a folha, com certeza, vai impulsionar a economia e mais pessoas vão ser devidamente registradas. Além disso, o custo de uma nova CPMF não seria tão pesado assim."

Para o especialista, contudo, nem essa nem as outras PECs que sugerem reformas tributárias vão para frente neste ano. "Está tendo discussão porque isso dá visibilidade, mas essas mudanças não vão ser aprovadas neste ano. Reforma tributária se discute e se aprova no primeiro ano do governo, quando você acabou de ser eleito e conta com o apoio da população. Passou do primeiro ano, já fica difícil", avalia.